

Mário Soares e a Europa

*Fernando de Sousa**

*Professor Catedrático da Universidade do Porto
Coordenador do CEPESE*

Mário Alberto Nobre Lopes Soares é, dos estadistas que a República Portuguesa conheceu nas últimas décadas, aquele que publicou mais obras de natureza política, mas é também aquele que foi objeto de mais estudos desenvolvidos por historiadores, politólogos, sociólogos e jornalistas, dada a importância que assumiu, sob o ponto de vista político no Portugal Democrático, até à sua morte.

Conheci-o pessoalmente e com ele convivi com alguma regularidade a partir da década de 1980, enquanto deputado à Assembleia da República e Presidente do Ateneu Comercial do Porto, onde Mário Soares chegou a proferir uma conferência a nosso convite, tendo-lhe atribuído esta Instituição a primeira Medalha de Honra em ouro, criada justamente para o honrar e testemunhar-lhe o nosso apreço.

É tendo em consideração mais os seus escritos que a bibliografia produzida sobre ele, e a memória que guardo das suas intervenções e conversas que tive com ele, que apresento este texto despretensioso sobre o que pensava e defendia Mário Soares quanto à Europa.

Mário Soares (7.12.1924-7.1.2017), Primeiro-Ministro de Portugal (23.7.1976-28.8.1978; 9.6.1986-9.3.1996) e Presidente da República Portuguesa (9.3.1986-9.3.1996), demonstrou sempre um apego indelével à ideia da Europa, e uma convicção profunda de que o destino de Portugal, após a Revolução de 25 de Abril de 1974, estava

inexoravelmente ligado à Europa, como País que sempre tinha sido e é, um País europeu.

Se nem todos concordam com a afirmação de que Portugal sempre foi europeu – a sua história, durante séculos, ao contrário do que aconteceu com a Espanha, revela pouca apetência pelos destinos europeus –, todos unanimemente aceitam que a identificação de Mário Soares com o projeto europeu tal como foi desenvolvido após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), é genuína, autêntica, fazendo dele o político português mais europeísta de todos quantos assumiram as altas funções do Estado após 1974.

De uma ideia de Europa, ainda não consolidada, na década de 1960, Mário Soares vai progressivamente consolidar o seu pensamento europeu, processo que ganha novo fôlego com o seu exílio em França (1970-1974) e a constituição do Partido Socialista Português (19.4.1973), em que foi eleito secretário-geral.

Nos seus contactos com o Movimento Federalista Europeu (MFE), Soares irá estruturar o seu pensamento quanto à União Europeia, então Comunidade Económica Europeia (CEE), ideia que irá manter e defender até à sua morte, através dos seus discursos, entrevistas, artigos e intervenções políticas.

Na sequência da Revolução de Abril de 1974, Soares é nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros dos três primeiros governos provisórios, em cujas funções, desde logo, traça a nossa política externa assente na fidelidade à Aliança Inglesa e à NATO, e numa aproximação ao Mercado Comum.

É, em grande parte, devido a Mário Soares que os sociais-democratas europeus criam um grupo de apoio à recente democracia portuguesa e desenvolvem um movimento de angariação de fundos para o Partido

Socialista (PS), paralelamente ao apoio económico que a CEE e os EUA vão conceder a Portugal.

A campanha "Europa Connosco", desenvolvida em 1975-1976 pelo PS – e que culminou com o congresso do Partido Socialista do Porto em 13-14 de março de 1976, onde estiveram presentes boa parte dos líderes políticos dos Estados da Europa Ocidental e a publicação de Mário Soares, no mesmo ano, da obra *A Europa Connosco* –, é indissociável deste político que, a partir de então, anuncia e desenvolve uma estratégia coerente no sentido da adesão de Portugal à CEE, bem patente no debate da Assembleia da República de 19 de março de 1977, subordinado a este tema.

A estratégia de Mário Soares quanto à integração de Portugal na CEE (hoje, União Europeia), tinha como objetivos:

- a) reassumir Portugal "a sua verdadeira identidade na integração europeia", regressando às suas origens e encerrando definitivamente o ciclo histórico africano, o processo de descolonização e liquidando a via terceiro-mundista, funcionando a nossa adesão como "contraponto económico necessário à perda das colónias";
- b) terminar com "o fim do isolamento português" a que a Ditadura do Estado Novo conduziu;
- c) consolidar, de forma definitiva, "a institucionalização da democracia em Portugal", afastando a tentação totalitária que, irrealisticamente, animara largos setores da esquerda e terminando com a tutela militar que se fizera sentir após 1974.

Como se sabe, o pedido de adesão efetuado por Portugal, em março de 1977, acabou por ser concretizado através do Tratado de Adesão de 12 de junho de 1985, sendo Mário Soares Primeiro-Ministro. A partir de 1 de janeiro de 1986, Portugal tornou-se membro de pleno direito da CEE.

A Identidade Europeia nas palavras de Mário Soares

Todavia, há, sem dúvida, uma identidade europeia, baseada em valores de civilização que são comuns a todos os europeus e em ideais de vida colectiva, portanto, traduzíveis em termos políticos, que partilhamos – o pluralismo democrático, os direitos humanos, tal como os concebemos deste lado do Atlântico, as responsabilidades sociais do Estado de direito – que nos fazem sentir idênticos, europeus e não outra coisa, quando estamos ou pensamos noutros continentes e áreas geopolíticas, como: as Américas, a África, a Ásia, o Médio Oriente, a Austrália...

O que nos une não é, portanto, um território bem definido nas suas fronteiras. Menos ainda uma língua, uma etnia ou uma religião. Somos um mosaico de línguas, de etnias e de religiões. Felizmente. O que nos une é uma maneira de estar e de ser, modelada ao longo de uma história partilhada de conflitos, frustrações, sucessos e culpabilidades e uma certa cultura de diálogo, de convivência e de paz que daí emergiu. Bem como – desde há cinquenta anos – uma vontade política comum de afirmação europeia no plano internacional.

(Fonte – SOARES, Mário, 2001 – *Português e Europeu*, Lisboa, *Temas e Debates*).

Aqui chegados, importa saber que Europa é que Mário Soares sempre defendeu nos seus escritos: “não alterei um milímetro a minha postura ou as minhas posições em relação à União Europeia”.

Em primeiro lugar, Soares defende uma Europa em que não exista “uma prevalência das preocupações económico-financeiras sobre as políticas e culturais”. Era partidário “de uma Europa política, com instituições supranacionais dotadas de poderes efetivos, com um maior controlo democrático”.

Ou seja, instituições comuns como a Comissão Europeia – espécie de Governo da União que deveria responder politicamente face ao Parlamento Europeu, este “dotado de poderes de fiscalização e de legislação” –, o Tribunal de Contas e o Tribunal Europeu, aos quais também deveriam ser atribuídas mais competências.

Uma Europa, em segundo lugar, em que “houvesse uma completa coordenação no domínio das políticas externas e de segurança comum”, o que ainda não existe.

Finalmente, uma Europa “que se afirmasse como um espaço de cidadania europeia e de autêntica solidariedade”, na esteira daquilo que Jacques Delors defendeu sob o ponto de vista social.

Em síntese, Mário Soares defendia politicamente uma Europa federal, de forma a ter uma “voz autónoma no plano internacional”, impondo o seu “modelo social, baseado nos valores do humanismo crítico”, para voltar a ser “como no passado, um centro de inovação cultural e científica e um insubstituível promotor de ideias novas”. Tornava-se, pois, necessário “fazer avançar a União no sentido político e da solidariedade entre os Estados-membros, no sentido federal, como era a ideia dos Pais Fundadores”.

Escreveu ele, em abril de 2010:

“Realmente, creio, que uma Europa a 27 Estados, se não avança no sentido federal, torna-se ingerível e começará a ter pulsões nacionalistas que levam à desagregação de um projecto político de paz e de bem-estar social para as populações, que foi – e é – o mais original e progressivo de sempre.” (Mário Soares, *Significado político da adesão de Portugal à UE*, 2010).

Há oito anos, Mário Soares já previa que as tensões nacionalistas, se a Europa Federal não avançasse, iriam contribuir poderosamente para a desagregação da União Europeia.

O tempo veio a dar-lhe inteiramente razão, como lamentavelmente verificamos com o *Brexit* do Reino Unido e com as posições políticas que, em boa parte dos países da União Europeia, têm assumido os partidos de extrema-direita e nacionalistas, num crescendo de contestação, descrença e quase recusa do processo de continuação e aprofundamento da ideia de Europa, e que ameaçam pôr fim a um dos fenómenos políticos mais racional e inovador do Mundo Contemporâneo.

Fontes e Bibliografia

Fontes

- SOARES, Mário, 1974 – Portugal Amordaçado, Lisboa.
 SOARES, Mário, 1975 – Democratização e Descolonização, Lisboa, D. Quixote.
 SOARES, Mário, 1976 – A Europa Connosco, Lisboa, Perspectivas e Realidade.
 SOARES, Mário, 1977 – Crise e Clarificação, Lisboa, Perspectivas e Realidade.
 SOARES, Mário, 2001 – Português e Europeu, Lisboa, Temas e Debates.
 SOARES, Mário, 2005 – A Crise. E agora?, Lisboa, Temas e Debates.
 SOARES, Mário, 2011 – Mário Soares: Um Político Assume-se: Ensaio Autobiográfico, Político e Ideológico, Lisboa, Temas e Debates

Bibliografia

- AVILLEZ, Maria João, 1996 – Soares, 3 volumes (I - Ditadura e Revolução, II - Democracia, III - O Presidente), Lisboa, Círculo de Leitores.
 ROLLO, Maria Fernanda; BRITO, J. M. Brandão de, 1995 – Mário Soares – Uma Fotobiografia, Lisboa, Bertrand Editora.
 SOARES, Mário, 2010 – “Significado político da adesão de Portugal à UE”.
 Revista Europa: Novas Fronteiras | Portugal - 25 Anos de Integração Europeia, n.º 26-27, Lisboa, Centro de Informação Europeia Jacques Delors.

* Por vontade expressa do autor o texto apresenta-se segundo a ortografia anterior ao novo Acordo Ortográfico.